



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 3, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.42>

Recebido em: **07/08/2020**

Aprovado em: **10/08/2020**

REFLEXÕES ACERCA DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19 NA GRANDE ARACAJU/SE; REFLECTIONS ABOUT EDUCATIONAL INEQUALITIES DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN GRANDE ARACAJU / SE; REFLEXIONES SOBRE DESIGUALDADES EDUCATIVAS DURANTE LA PANDEMIA COVID-19 EN GRANDE ARACAJU / SE

PEROLINA SOUZA TELES

<https://orcid.org/0000-0001-7334-6553>

DÉBORA DO REIS SILVA BACKES

WINE SILVA DE SANTANA SANTOS CASTOR

## RESUMO

O ano de 2020 nos apresentou a um novo tempo, o chamado “novo normal”, característica dada com o advento da pandemia do COVID-19. Os dilemas enfrentados pelo Brasil não são diferentes daqueles que estão postos nos demais países do mundo. Um dos principais desafios, sem dúvida, é a forma como podemos construir práticas pedagógicas em meio ao distanciamento social, necessário à diminuição do contágio pelo COVID-19. Este artigo tem como principal objetivo, refletir acerca do modelo educacional imposto compulsoriamente às famílias e alunos, durante a pandemia. Para tanto, utilizamos como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários, através do formulário do *Google*. Nosso público-alvo foi famílias de alunos, matriculados em municípios da grande Aracaju/SE (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão).

**Palavras-chave:** COVID-19. grande Aracaju/SE. práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

The year 2020 introduced us to a new time, the so-called “new normal”, a characteristic given with the advent of the COVID-19 pandemic. The dilemmas faced by Brazil are no different from those faced in other countries in the world. One of the main challenges, without a doubt, is how we can build pedagogical practices in the midst of social distance, necessary to reduce contagion by COVID-19. This article's main objective is to reflect on the educational model that was compulsorily imposed on families and students during the pandemic. For that, we used bibliographic research and questionnaires as a methodological strategy, using the Google form. Our target audience was families of students, enrolled in municipalities in the greater Aracaju/SE (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro and São Cristóvão).

**Keywords:** COVID-19. greater Aracaju/SE. pedagogical practices.

## CURRÍCULUM

El año 2020 nos presentó a un nuevo tiempo, la llamada "nueva normalidad", una característica dada con el advenimiento de la pandemia de COVID-19. Los dilemas enfrentados por Brasil no son diferentes de los enfrentados en otros países del mundo. Uno de los principales desafíos, sin duda, es cómo podemos construir prácticas pedagógicas en medio de la distancia social, necesarias para reducir el contagio por COVID-19. El objetivo principal de este artículo es reflexionar sobre el modelo educativo impuesto obligatoriamente a las familias y estudiantes durante la pandemia. Para ello, utilizamos como estrategia metodológica la investigación bibliográfica y la aplicación de cuestionarios, a través del formulario de Google. Nuestro público objetivo eran familias de estudiantes, matriculados en municipios del gran Aracaju/SE (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro y São Cristóvão).

**Palabras clave:** COVID-19. mayor Aracaju/SE. pedagógicas.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou a doença COVID-19 como uma pandemia. Também em março de 2020, os primeiros relatos de casos do novo coronavírus surgiram em Sergipe, sendo decretada situação de emergência na saúde pública em nosso estado. No primeiro momento, acreditamos que fosse possível seguir com nossas atividades cotidianas de forma normal, tomando os devidos cuidados recomendados pela vigilância sanitária, profissionais da área da saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS). Todavia, em poucos dias, percebeu-se que estávamos caminhando para iniciar um outro ciclo, no qual todos nós entraríamos no chamado “novo normal”, que incluía, entre outras ações, o isolamento social e com isso a interrupção das atividades escolares presenciais.

Como o Brasil não foi o primeiro país a vivenciar a pandemia, já acompanhávamos com apreensão o noticiário internacional e as manchetes que chegavam não eram nada animadoras, passamos por alguns meses de suspense, aguardando apenas a chegada do vírus ao Brasil, o que infelizmente não veio acompanhado de planejamento e programas de enfrentamento das consequências da chegada do COVID-19. Tivemos um tempo, ainda que curto, para nos organizar e prever algumas ações possíveis, com base da experiência de outros países.

No entanto, a inércia de ações do governo federal e de setores da sociedade civil, que descredibilizavam o poder de atuação do vírus, deixou-nos à mercê de ações individuais, desorganizadas e descontinuadas por parte dos governantes locais. Cada estado e cada município brasileiro decidiram seus caminhos, com base nas suas demandas sociais e interesses de setores da iniciativa privada, que exigiam, quase que cotidianamente, a abertura do comércio e o fim do isolamento social horizontal.

Inseridas nesse contexto estavam as instituições escolares, todas elas impedidas de funcionar, de forma presencial, pelo Decreto Estadual Nº 40.560, de 16 de março de 2020. Este determina, em seu Artigo 2º, a suspensão de diversas atividades, entre elas “IV - atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, pelos próximos 15 dias” (DECRETO Nº 40.560, p. 02, 2020). Ao longo dos meses, este trecho do decreto foi se renovando, sem perspectiva de retorno. Hoje, ninguém se arrisca a afirmar quando, de fato, as instituições escolares poderão retornar de forma presencial, o que temos são apenas especulações, que já foram para o mês de junho, julho, agosto, setembro ou até mesmo apenas em 2021, com a prerrogativa de haver vacina para todos..

Diante desse contexto, o Eixo Práticas e Inclusão Educacional do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (NUPITA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), iniciou reflexões acerca da realidade do chamado “Ensino à distância” que se estabeleceu subitamente na vida de alunos, professores e gestores escolares. Nossas ponderações iniciaram na primeira reunião remota, realizada em 11 de junho de 2020, às 19h, através do aplicativo *Skype*. Na oportunidade, as participantes trouxeram relatos de experiências com o ensino que se estabeleceu no pós-pandemia, falando sobre o acompanhamento de filhos - enquanto mães - e alunos - enquanto professoras.

A partir desses relatos, começamos a perceber que algumas temáticas se repetiam, como por exemplo: abismos sociais mais evidentes, questão social, intensificação das vulnerabilidades sociais, ausência de planejamento dos sistemas de ensino, contexto de muitas incertezas para as famílias e estabelecimento da educação à distância como meio possível de efetivação dos processos de ensino. Ao longo da reunião, percebemos que tínhamos em mãos possíveis objetos de pesquisa, que poderiam, não apenas refletir sobre o momento atual, mas, sobretudo, pensar em possibilidades de políticas públicas para a educação e estruturação dos sistemas de ensino, no tocante ao enfrentamento da crise sanitária provocada pelo avanço do novo coronavírus.

A segunda reunião remota do eixo ocorreu dia 19 de junho de 2020, também às 19h, pelo *Skype*,

começamos a nos organizar em grupos de trabalho (GT's), de acordo com a temática de interesse de cada membro. À princípio nos dividimos em dois GT's, 1 - Educação à distância física e social: relatos de docentes em meio à pandemia do COVID-19 e 2 - "Nada será como antes": relatos de práticas educacionais de mães inseridas nas tentativas de educação *on-line* no contexto pandêmico. Na terceira reunião, realizada pelo aplicativo *Skype* no dia 26 de junho de 2020, às 18h, traçamos nosso plano de trabalho, com o objetivo de organizar 6 artigos que seriam fruto da nossa construção coletiva de reflexões e do trabalho de pesquisa de 12 participantes do Eixo Práticas e Inclusão Educacional/NUPITA/UFS.

Este artigo é parte integrante do bloco do grupo de trabalho 1 - Educação à distância física e social: relatos de docentes em meio à pandemia do COVID-19. Após este percurso em grupo, seguimos rumo ao estabelecimento dos procedimentos metodológicos necessários para a verificação da nossa hipótese inicial, qual seja, em que pese a importância de se estabelecer uma possibilidade de ensino viável no contexto pandêmico do COVID-19, o mesmo não pode ser considerado educação à distância, especialmente porque, da forma como está sendo efetivado, possui uma forte tendência potencializadora da exclusão social dos alunos das classes menos favorecidas economicamente.

Para tanto, traçamos nossos objetivos. No objetivo geral nos propomos a refletir acerca do modelo educacional imposto às famílias e alunos durante a pandemia do Covid-19. Como objetivos específicos temos: compreender os desafios enfrentados pelas famílias na efetivação do uso das ferramentas propostas para o desenvolvimento do ensino remoto; identificar e registrar ferramentas pedagógicas das novas formas de desenvolvimento de ensino e aprendizagem, impostos pelo contexto de pandemia do COVID-19; e, por fim, analisar e refletir sobre as percepções a respeito do modelo educacional emergencial proposto.

Apresentaremos a seguir nosso embasamento teórico vinculado à Educação à distância, na perspectiva do arranjo atual do ensino remoto em face da pandemia, através dos questionários direcionados aos responsáveis pelos estudantes, para conhecer a realidade dos alunos frente às dificuldades enfrentadas na atualidade. Por fim, traremos possíveis conclusões, de acordo com os dados obtidos.

Estamos diante de uma estrutura social nova, na era da informação e das tecnologias. Estudos recentes mostram os benefícios das tecnologias em favor da educação, mas é fato que não estávamos esperando por tantas mudanças, em um espaço de tempo tão curto, impostas pela pandemia que assola o mundo. De repente, famílias, professores e alunos, de todos os níveis de ensino, repentinamente se viram compelidos a se adequar e administrar essa nova modalidade de ensino e aprendizagem.

É interessante destacar que a Educação à Distância (EaD) já era uma realidade no Brasil, há inclusive muitos conceitos que podemos encontrar na literatura especializada. Nova e Alves (2003), afirmam que a EaD é uma modalidade de ensino em que os alunos não estão atrelados a uma sala de aula, porém, há possibilidades de criação de sistemas de ensino por meio de veículos de comunicação diversos (correio, rádio, televisão e internet), atendendo uma parcela da população que, por algum motivo, não pode frequentar esses espaços físicos regularmente.

A respeito da EaD, encontramos no Art. 1º do Decreto nº 9.057 de 2017, as seguintes considerações:

Art. 1º [...] considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Comumente nos é possível observar modificações na sociedade, que cada dia mais apresenta-se conectada por redes de tecnologia digital, revelando dessa forma a importância em discutirmos e refletirmos sobre os caminhos dessa modalidade de educação. Imersos no contexto pandêmico, muitas são as esferas a serem desveladas sob uma ótica crítica, repensando conceitos e reconstruindo propostas pedagógicas que realmente possam conferir eficiência ao processo educacional - já historicamente caracterizado como bastante complexo e muito prejudicado no contexto atual - demandando esforços para minimizar os danos causados pela necessidade do isolamento social.

Buscando suprir essa necessidade do momento, docentes e alunos que antes estavam matriculados em cursos presenciais, foram obrigados a migrar e rapidamente se adaptar para atividades educacionais em rede, concentrando-se em construir conteúdos, acompanhar, orientar, avaliar, incentivar famílias e alunos à participação. Além de tentar garantir uma estrutura com ferramentas, materiais e ambiente adequado para tais produções, sem falar das demandas domésticas, num esforço para que os componentes curriculares sejam trabalhados através da modalidade não-presencial. Contribuições de Fidalgo (2008), quanto a essa questão, já sinalizavam a respeito:

A utilização das tecnologias informáticas, como mediadoras dos processos de aprendizagem, vai aos poucos deixando de lado seu caráter episódico para comporem o dia-a-dia dos processos pedagógicos. Implica, portanto, ao professor o desenvolvimento de novas competências de criação, acompanhamento e controle do trabalho dos alunos, de forma a capacitá-los ao domínio pleno e criativo destas inovações e não, apenas, de sua utilização, ao mesmo tempo em que ele mesmo está aprendendo a utilizar para uso pessoal e como ferramenta pedagógica (FIDALGO, 2008, p. 14)

Aos alunos atribui-se responsabilidades como, possuir ferramentas tecnológicas que lhes possibilitem o acompanhamento dessa nova forma de ensino, por meio das quais precisam manter a atenção e concentração ao mesmo tempo em que lida com as imprevisibilidades de instrumentos que, em muitos casos, representam novidades, enquanto se encontram imersos em um isolamento que lhes afastam do contato com outros sujeitos diferenciados do meio familiar e lhe impõem ausências, que conferem aos seus próprios corpos uma rotina de reclusão de movimentos e afetos.

Às famílias foi imposta a rapidez e habilidade de lidar com as questões emocionais relativas ao isolamento e com a adequação ao novo cotidiano imposto às crianças e jovens. Mães e pais se tornaram os mediadores entre professores virtuais, atividades e seus filhos, tudo isso em conciliação com as demandas laborais, que foram convertidas para exercício residencial. Os núcleos familiares, dessa maneira, necessitam encaixar-se à situação e organizá-la da melhor forma possível, destacando-se que, principalmente para as mulheres, o contexto vem se constituindo em mais uma forma de acúmulo de funções e pressões emocionais e físicas, já que se exige um processo de ligeireza e eficácia para tal adequação, refletindo velhos padrões de imposição de regras patriarcais, principalmente às mães.

Oliveira (2009) ressalta considerações relevantes sobre as implicações do ensino remoto relativas aos novos saberes, os quais os professores precisam agregar às suas práticas, na medida em que esses se propõem a participar de um programa de EaD. Entre eles, destacamos o domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), das novas metodologias de ensino, gestão de tempo, além da capacidade de trabalhar em equipe.

É necessário evidenciar que a responsabilidade na escolha dos conteúdos específicos, das

metodologias que serão utilizadas no ambiente virtual, as práticas pedagógicas que precisam ser adequadas e o gerenciamento dos alunos, continua sendo responsabilidade do professor. Considerando-se que o mesmo prepara, organiza e ministra sua aula, a partir da necessidade de buscar se adequar às diferentes demandas do ensino à distância.

Moreira et al (2020) em seu estudo tece considerações a respeito de algumas problemáticas que envolvem a prática do sistema de Educação à Distância, síncrono ou híbrido. Segundo o autor, a modalidade inviabiliza um processo de aprendizagem que alcance todas as camadas da sociedade, assim como afeta a interação social, na ausência das aproximações físicas entre crianças e adolescentes, que tem na escola a representação de um espaço físico para construção de conhecimentos teóricos e percepção de vivências, elaborando novos conhecimentos na possibilidade de estabelecer relações interpessoais, agregando todos esses fatores na constituição de saberes que não estão nos livros e que apenas o aspecto presencial pode fornecer, a partir do experienciar coletivo.

Para além dos desafios relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, que em si já concentram grande necessidade de constante reflexão, análise e acompanhamento processual, as vulnerabilidades sociais e econômicas de milhões de pessoas se tornaram particularmente visíveis no atual contexto histórico.

Santos (2008) destaca que vivemos entre contradições políticas e econômicas, em meio a uma conjuntura globalizada adversa, agressiva e imensamente excludente. Essa globalização, ao mesmo tempo em que agrega, também exclui pela promoção de desigualdades nas esferas social, econômica, cultural e educacional, para uma maioria historicamente sofrida pelas vulnerabilidades produzidas pela hegemonia do sistema capitalista.

Nas palavras de Santos (2020), encontramos consonância com tais ideias, quando nos revela o contexto atual, tal como uma claridade pandêmica com suas aparições que a materializam. O que essa claridade nos permite ver e o modo como for interpretado e avaliado determinarão o futuro da civilização em que vivemos. Segundo o autor, essas aparições, ao contrário de outras, são reais e vieram para ficar. Para ele, o sentido da pandemia exprime a emergência de seres invisíveis, ao qual, entre esses, ele destaca os mercados, que tal como vírus é tão insidioso e imprevisível, constituindo-se numa bênção para os poderosos e uma maldição para a grande maioria.

As desigualdades referentes ao acesso e uso da internet, principalmente nas áreas de periferia das cidades e nas zonas rurais, representam marcadamente tais vulnerabilidades. A Pesquisa Nacional por amostra de domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018, divulgada em 29 de abril desse ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede. Tais dados transparecem a falta de acesso a esta tecnologia, gerando mais uma esfera de exclusão, a digital. Essa inacessibilidade tem demonstrado seus efeitos marcantes no momento atual, imersos no contexto de pandemia do COVID-19, que aflorou todas as precariedades a que milhões de pessoas desassistidas e marginalizadas, sob vários aspectos, estão submetidas.

Assim, fica claro que não há homogeneidade no que tange ao desenvolvimento tecnológico e são nas instituições públicas que essas desigualdades se manifestam de maneira mais intensa, uma vez que, nem sempre há o acesso à internet e quando há, o acesso é precário, com pacotes de dados limitados. Fato que dificulta ainda mais o acesso dos alunos da rede pública de ensino aos conteúdos ministrados pelos professores, em tempos de pandemia.

Ademais, enquanto os pais de alunos das classes mais abastadas geralmente estão trabalhando em “*Home Office*” e possuem uma grau de escolaridade maior, o que possibilita estar mais presente nas aulas remotas, auxiliar seus filhos e até mesmo identificar possíveis dificuldades, os pais dos alunos da classe menos favorecida economicamente continuam trabalhando fora, possuem um nível de

escolaridade mais baixo, em alguns casos não são alfabetizados, o que dificulta sobremaneira o auxílio em atividades escolares e na identificação de possíveis dificuldades.

O desemprego, a fome e a pobreza são realidades que dificultam a aprendizagem. Há diferença entre estudar bem alimentado, em um ambiente calmo, com recursos didáticos e estudar com fome, em um local muitas vezes insalubre, sem recursos didáticos, dividindo um cômodo com mais de 4 pessoas, com barulhos externos, interferindo significativamente na concentração, atenção e conseqüentemente na aprendizagem. Assim, o sistema de ensino contribuiu para reproduzir a estrutura social vigente, mantendo a distância entre as classes sociais.

A partir das observações a respeito dos aspectos que conferem exclusão, é importante destacarmos outro público que historicamente vem conquistando direitos, na medida em que se estrutura a partir da necessidade de atenção às suas especificidades e demandas: as pessoas com deficiências. Atualmente a legislação lhes garante direito à educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 01)

O AEE tem papel central na construção da inclusão, é através do Atendimento Educacional Especializado que as barreiras, que muitas vezes excluem os alunos do cerne da escola, podem ser transpostas com menos dificuldade. A inclusão escolar constitui-se como um direito constitucional que, pautado na luta de muitas famílias, vem se consolidando no Brasil através de políticas públicas implementadas, ao longo das últimas décadas, na busca da garantia de inserção e qualidade no processo de aprendizagem de pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Defendemos a perspectiva de Inclusão que vá além de rampas e banheiros adaptados, conforme afirma Mantoan (2015). Mas que seja capaz de reconhecer que a escola é o lugar de todos, independente da cor/raça, do porte físico, do fenótipo, do funcionamento cerebral ou da ausência de algum membro do corpo. A escola é um dos principais espaços de convivência da sociedade e, considerando que esta possui um método, um objetivo e uma rotina de funcionamento, precisa rever esses conceitos para se autoconstruir na experiência de convivência com as singularidades dos seus alunos, especialmente em tempos tão adversos como este que estamos vivenciando.

Entretanto, por mais reiterado que esteja o discurso, pensamos que é preciso reforçar uma perspectiva inclusiva que não abra espaços para retrocessos. Somos testemunhas da história, é possível que este momento seja precursor de inovações na educação, com o avanço da utilização das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação. Todavia, é possível também que a inclusão sofra retrocessos, na medida em que permitimos que os alunos com deficiência fiquem à margem dos sistemas de ensino e não tenham práticas educativas com recursos direcionados às suas especificidades.

O desafio para a escola atual é tanto ouvir seus sujeitos e conhecer a realidade de cada um deles, quanto mediar os conhecimentos de acordo com o nível de maturação proximal encontrado. Cada sujeito é único e merece ter suas singularidades respeitadas pela instituição escolar.

[...] a aprendizagem ocorre da mesma forma com os denominados deficientes e os ditos normais. Os canais para sua efetivação é que precisam ser analisados, e a forma de ensinar precisa ser redimensionada, o que ajuda a desmistificar o ensino para a pessoa com deficiência e aponta para a importância da preparação do educador (SOUZA, 2012, p. 23).

Compreende-se que a visão inclusiva da escola perpassa por aspectos que vão além do olhar às necessidades específicas de alguns estudantes, mas, que alcança o olhar para a diversidade, que entre tantos aspectos revela que cada aluno apresenta suas especificidades, tendo ou não deficiência, ou qualquer tipo de limitação que o imponha obstáculos ao processo de aprendizagem, conferidas pelas características do contexto ao qual está inserido, por suas próprias características cognitivas e pelos saberes anteriores a que teve acesso.

Em um país de amplo mosaico regional e características étnico-raciais, religiosas, culturais e sociais diferenciadas e que necessitam ser contempladas nos currículos escolares, justifica-se a enorme necessidade no desenvolvimento desse olhar para a diversidade e a construção de uma educação com qualidade, equidade e ao alcance de todos. Isto posto, sem dúvida, um dos grandes desafios da conjuntura atual é garantir o olhar único e plural para cada aluno, respeitando suas necessidades através de Planos de Educacionais Individualizados (PEI), que devem ser sistematizados no Atendimento Educacional Especializado.

Considera-se notável a importância da observação dos processos pelos quais estão sendo desenvolvidas (se estão sendo) as atividades que são direcionadas aos alunos que são assistidos pelo AEE ou que possuem necessidades específicas de aprendizagem, durante o distanciamento social, imposto pelo COVID-19. É importante observar se contemplam às diversas aprendizagens, as quais os alunos têm direito, e se os professores estão tendo suporte para desenvolver tais atividades, bem como as possibilidades das famílias em desenvolvê-las de forma eficiente.

Pensar na garantia dos direitos de todos à educação, através da afirmação das equidades no desenvolvimento das atividades pedagógicas não-presenciais, é uma pontuação que se faz urgente, visto as incertezas e desafios da atualidade. Partindo desse contexto, mostra-se urgente que possamos desenvolver estudos a respeito das condições em que as atividades educacionais estão sendo efetivadas; quando e de que forma vem sendo praticadas; e em que sentido e amplitude isso vem sendo recebido por professores, alunos e famílias.

Nesse sentido, as metodologias utilizadas para o desenvolvimento deste artigo foram: pesquisa bibliográfica e questionário, realizado através do formulário do *Google*, enviado através de grupos de *Whatsapp* e *Facebook*, entre os dias 30 de junho de 2020 e 06 de julho de 2020. O questionário foi direcionado a mães e pais, com filhos em idade escolar, de municípios da grande Aracaju/SE (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão). O mesmo foi respondido por uma amostragem de 72 pessoas.

Escolhemos este público-alvo, considerando que esses municípios se destacam pela atividade econômica representativa no estado de Sergipe, mas que estão convivendo diretamente com a crise econômica gerada pela necessidade do distanciamento social e retração de grande parte da atividade comercial.

De acordo com os indicadores do Cadastro Único para programas sociais, no mês de junho, do corrente ano, o percentual de famílias que recebem de R\$0,00 até R\$89,00, inscritas no CadÚnico, era de 35% em Aracaju e 37% no município de Barra dos Coqueiros. Esses dados de famílias em situação de extrema pobreza são maiores nos municípios de Nossa Senhora do Socorro (61%) e São Cristóvão (69%).

Os dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) confirmam que a pandemia do novo coronavírus contribuiu para o aumento do desemprego em todo o Brasil, em Sergipe não foi diferente. Na Grande Aracaju, no mês de março -momento em que foram tomadas as primeiras medidas de enfrentamento ao COVID-19 - houve 108 desligamentos no município de Barra dos Coqueiros, 195 em São Cristóvão, 381 em Nossa Senhora do Socorro e 5.067 desligamentos em Aracaju. Esses números continuaram expressivos durante os meses seguintes e os números de admissões diminuíram, em relação aos meses anteriores a março.

Para melhor entendimento, faremos a análise qualitativa e quantitativa, utilizando os dados preliminares encontrados no contexto atual dos municípios pesquisados. Para compreender a origem das respostas na perspectiva geográfica da sua moradia, perguntamos: Você mora em Sergipe? Em qual município?

Recebemos 72 devolutivas dos municípios que estabelecemos como campo de pesquisa. Encontramos os seguintes números: 41 residem em Aracaju, 13 em Nossa Senhora do Socorro, uma pessoa na cidade de Barra dos Coqueiros e 17 em São Cristóvão. Portanto, a maior parte das respostas vieram de famílias residentes no município de Aracaju.

Na segunda pergunta foi solicitado saber em qual rede de ensino o aluno estuda? Observamos o predomínio da rede de ensino particular, com 78% dos filhos dos entrevistados. Em segundo lugar, com 18%, ficou a rede estadual. Em terceiro lugar, com 3% das respostas, a rede federal e, com apenas 1%, ficou a rede municipal.

Na terceira pergunta questionamos se durante a pandemia a escola que seu filho estuda está realizando aulas remotas? De um total de 72 pessoas que responderam, 96 por cento estão estudando remotamente, utilizando uma tecnologia digital ou de forma impressa, para continuar o ensino e que apenas 4 por cento estão sem nenhuma atividade, mesmo que de forma remota.

Ao perguntarmos qual a ferramenta de ensino tem sido mais utilizada na transmissão de conteúdo durante as aulas remotas, os pais poderiam responder mais de uma alternativa. De acordo com as respostas, as aulas ao vivo são maioria, seguido da ferramenta *Google Meet* e a menos utilizada é o *Skype*.

Na pergunta seguinte, o objetivo foi saber como a escola tem oferecido suporte aos pais e alunos? Durante esse período novo, 76% dos pais afirmam que estão recebendo suporte da escola, o que mostra um ponto positivo, uma vez que o diálogo entre escola e família é fundamental para o desempenho dos alunos. Entretanto, 24% dos pais não estão recebendo o suporte, o que pode tornar esse período ainda mais difícil.

A próxima pergunta foi se o estudante tem dificuldades de aprendizagem? Sobre as dificuldades de aprendizagem, 74% dos alunos não apresentam dificuldades, 22% possuem dificuldade de aprendizagem e em 4% dos casos, os pais não souberam informar.

E, por fim, saber se o seu filho tem algum Transtorno, Distúrbio ou Deficiência? Já em relação aos transtornos, distúrbios e/ou deficiência 90% não apresentam e 10% possuem. É importante destacar que o aprimoramento no registro dos dados é uma busca contínua, objetivando-se a construção de indicadores mensuráveis, para que possamos nos aproximar de maneira acertada da realidade educacional no contexto pandêmico.

Diante dos dados coletados, também foi possível traçar o perfil dos entrevistados, quando perguntamos sobre autodeclaração de identidade de gênero e cor/raça. O questionário foi respondido em sua maioria por mulheres (78%), com idade entre 31 a 40 anos (47%) e 61% se autodeclararam pardas. Os dados aqui apresentados confirmam que é a mulher que, predominantemente, cuida e auxilia os filhos durante as atividades remotas, o que pode corroborar para um sobrecarga, uma vez que os dados também mostram que a maior parte dos entrevistados está na faixa etária dos

trabalhadores brasileiros.

Em outras palavras, o papel da mulher no âmbito familiar vem se modificando desde o final do século XX e desde então, as mulheres começaram a sair dos ambientes privados (casa) e passaram a ocupar os espaços públicos (política, mercado de trabalho) que outrora eram exclusivos para homens. Entretanto, um dado que merece destaque, ainda sobre a idade dos entrevistados, é que 15% dos responsáveis legais pelas crianças em idade escolar, são pessoas menores de 18 anos, o que é preocupante, pois de acordo com o último relatório do Fundo de População da ONU (UNFPA), a taxa de fecundidade entre meninas de 15 a 19 anos é de 62 a cada mil nascidos vivos, taxa esta que já se encontra acima da média mundial. Esse é um dado importante, como também é um assunto que precisa ser tratado com seriedade, pois a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública, que pode acarretar em problemas subsequentes como, por exemplo, a evasão escolar e, conseqüentemente, a dificuldade em conseguir um emprego digno no futuro.

A pandemia do COVID-19 apresenta um abismo em duas áreas extremamente importantes: a saúde e a educação. A ausência do Estado implementando ações em prol de uma educação emancipatória e de acesso universal, como rege nossa Constituição Federal de 1988, mostra a dificuldade na inserção de uma tecnologia única, com docentes com pouca formação para a utilização e instauração do ensino à distância.

Este momento vivenciado mundialmente se estabelece como um grande desafio, por nos apresentar brechas que inviabilizam uma educação justa e ampla para todos, contexto que emergiu pela necessidade da implantação da modalidade de ensino à distância, por meios digitais, que antes era visualizado apenas no ensino superior em nosso país, agora representado, em meio à urgência do isolamento social, como tábua de salvação de um sistema educacional já antes bastante fragilizado.

É importante elencar algumas circunstâncias que nos levam a escrever tentativas de conclusões acerca desta temática. Primeiramente, ressaltamos que este momento é extremamente inusitado para todos, professores e alunos, fomos surpreendidos pelas circunstâncias que estão sendo postas dia a dia e nos adaptando em conjunto e, paulatinamente, a essa nova realidade. Em segundo lugar, pensamos que todas as tentativas de desenvolvimento de estratégias pedagógicas, diante da conjuntura atual, são louváveis.

Entretanto, quando pensamos em Educação à Distância sabemos que a mesma possui uma lógica pedagógica própria e exige uma estrutura metodológica totalmente diferente da lógica presencial, o que de fato é totalmente oposto ao modelo educacional que se estabeleceu à revelia de nossas escolhas neste momento. Andrea Ramal (2020), em entrevista ao jornal O Globo, afirma que “O que aconteceu até o momento foi na base do improvisado. O professor foi dormir como profissional presencial e acordou on-line. O que tem acontecido neste trimestre não é educação à distância, é ensino remoto” (RAMAL, 2020).

Nesse contexto, 96% dos pais, que responderam o questionário, afirmaram que os filhos estão tendo aula remota, dentro deste universo (que inclui escolas de rede pública e privada) observamos que as ferramentas pedagógicas utilizadas são diversas - atividades em folha, livro didático, *Skype*, *Google Meet*, *Zoom*, aulas gravadas, aulas ao vivo, entre outras - fato que demonstra que cada escola está se adequando à realidade da sua comunidade escolar. Todavia, também podemos ligar essa diversidade de ferramentas à falta de sistematização e organização dos sistemas de ensino.

Outro dado que nos chamou bastante atenção: 24% dos pais informaram que não estão recebendo suporte pedagógico das escolas, fato extremamente preocupante diante da realidade repleta de especificidades que estamos vivenciando, que inclui impactos em diversas perspectivas nas vidas humanas e na convivência em sociedade. Neste ponto corroboramos com o pensamento de Ramal (2020), quando afirma que a participação da família nesse processo é determinante para o bom desempenho dos alunos. Contudo, de acordo com ela, “[...] a família não pode saber tudo sozinha. As escolas deveriam tê-las capacitado com videoaulas também. Algumas o fizeram, mas a maioria

deixou as famílias à deriva” (RAMAL, 2020). Se é a família que assume o total protagonismo neste momento, na mediação dos conhecimentos escolares junto aos alunos e professores, nada mais justo que o processo de formação perpassa também pela família.

É interessante observar também que 22% dos entrevistados informaram que o filho ou filha possui alguma dificuldade de aprendizagem e que 10% afirmaram que o filho ou filha possui algum transtorno, distúrbio e deficiência, evidenciando que o apoio pedagógico e de uma equipe multidisciplinar se faz extremamente necessário, sob pena de observarmos a prática da exclusão dos incluídos e o desmonte do Atendimento Educacional Especializado, até que cesse a pandemia do COVID-19.

Essas facetas do modelo de ensino aplicado pelas escolas, durante esse momento histórico, expuseram ainda mais o caráter excludente do mesmo e abriram abismos ainda maiores para alunos sem acesso à internet, celulares, *notebooks* e *tablets*. Sem a vacina contra o novo coronavírus, seguimos sem uma perspectiva real de retorno, nas condições tidas como normais anteriormente. Pois sabemos que não se faz educação presencial sem aglomeração, sem gente junta, e é muito difícil, para não dizer impossível, modular comportamentos rotineiros de convivência no ambiente escolar, como demonstrações de afeto (que incluem toque, abraços e beijos), pois também é disso que a escola é feita.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017**. Disponível em: Acesso em 05 de julho de 2020

FIDALGO, Fernando SR; FIDALGO, Nara L. Rocha. Trabalho docente, tecnologias e educação a distância: desafios. **Revista extra-classe**, v. 1, n. 1, p. 12-29, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. 2005. Disponível <http://revistaescola.abril.com.br/preview.shtml>> Acesso em: 10 de abril 2020.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a turma toda: as diferenças na escola**. Disponível em Acesso em: 15 de al 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes operacionais educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Disponível em: . / em: 05 de julho de 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu mun** Disponível em: < <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/>> Acesso em: 30 de julho de 2020.

MOREIRA, Maria Eduarda Souza et al. Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pan COVID-19/Methodologies and technologies for education in times of pandemic COVID-19. **Brazilian Jour Health Review**, v. 3, n. 3, p. 6281-6290, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha**. Disponível em: -americana-e-caribenha/>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. Educação à distância: limites e possibilidades. Alves L, Nova C, organiza **Educação à distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade**. São Paulo: Futura, p. 1-23, 2

OLIVEIRA, Marcia Rozenfeld Gomes de; MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **A gestão d de aula virtual e os novos saberes para a docência na modalidade de Educação a Distância**. 2009.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. **Painel de informações do no CA** Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiM2ZiNzk5YzUtODU5OS00YjFmLTk1NjItNDY1M2IwMTJhOTgzIidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOjR9&pageName=Reactionb52b07ec3b5f3ac6c749>> Acesso em: 30 de julho de 2020.

RAMAL, Andrea. **Ensino remoto não é educação à distância**. O Globo. Disponível em: ia-diz-especialista-em-educacao-1-24501996%3fversao=amp> Acesso em 15 de julho de 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: R 2008.

SERGIPE, GOVERNO DO ESTADO. **DECRETO Nº 40.560 DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: Acesso em 10 de julho de 2020.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe do século XIX ao início do século XX: cu educar para civilizar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

TOKARNIA, M. **Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet**. Disponível em: o-tem-acesso-internet>. Acesso em 05 de julho de 2020.

\* Professora da sala de recursos multifuncionais, na rede pública de ensino de Aracaju, e leciona Artes, na rede pública de ensino de Sergipe. Possui graduação em Pedagogia Licenciatura, pela UFS, é Mestre em Educação, também pela UFS, e Psicopedagoga Clínica e Institucional, pela UNIT. Atualmente vem se dedicando à pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA) e inclusão. Membro do NÚPITA/UFS. E-mail: perolinasouza@hotmail.com.

\*\* Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva/NÚPITA/UFS. E-mail: debsilvabac@gmail.com.

\*\*\*Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), membro do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva/NUPITA/UFS, pós-graduanda em Neuropsicopedagogia clínico e institucional pela Faculdade São Luís de França. Atualmente, atua como técnica social na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nossa Senhora do Socorro/SE. E-mail: winesantana68@gmail.com